

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

DIREITO ADMINISTRATIVO E CONTRATOS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITO ADMINISTRATIVO E CONTRATOS

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS E ATOS ADMINISTRATIVOS
RESUMO
O conceito de Direito Administrativo Brasileiro, para nós, sintetiza-se no conjunto harmônico de princípios jurídicos que regem os órgãos, os agentes e as atividades públicas tendentes a realizar concreta, direta e imediatamente os fins desejados pelo Estado” (Meirelles, 1991). Celso Antônio Bandeira de Mello (2002) afirma que o direito administrativo é o ramo do direito público que disciplina a função administrativa, bem como as pessoas e órgãos que a exercem. Hely Lopes Meirelles (1991), por sua vez, destaca que "os órgãos, agentes e atividades administrativas como instrumentos para realização dos fins desejados pelo Estado". Maria Sylvia Zanella Di Pietro afirma que o objeto do Direito Administrativo são os órgãos, agentes e as pessoas integrantes da Administração Pública no campo jurídico não contencioso. “O ramo do direito público que tem por objeto os órgãos, agentes e pessoas jurídicas administrativas que integram a Administração Pública, a atividade jurídica não contenciosa que exercer e os bens de que se utiliza para a consecução de seus fins, de natureza pública”
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE PRINCÍPIO DA MORALIDADE PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA AULA 2 AUTARQUIA E EMPRESA PÚBLICA SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA E FUNDAÇÃO PÚBLICA PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA AGENTES PÚBLICOS AULA 3 ATRIBUTOS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS ESPÉCIES DE ATOS ADMINISTRATIVOS CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS EXTINÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS AULA 4 CARACTERÍSTICAS DO CONTRATO ADMINISTRATIVO PRINCÍPIOS INFORMADORES DA LICITAÇÃO MODALIDADES DE LICITAÇÃO CONTRATAÇÃO DIRETA AULA 5 DA PERMISSÃO CONVÊNIOS ADMINISTRATIVOS

BENS PÚBLICOS
RESPONSABILIDADE DO ESTADO

AULA 6

SINDICÂNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

FASES DO PROCESSO ADMINISTRATIVO E DA SINDICÂNCIA

DEFESA TÉCNICA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR OU NA
SINDICÂNCIA

BIBLIOGRAFIAS

- BRESSER-PEREIRA, L. C. Democracia, estado social e reforma gerencial. Rev. adm. empres., São Paulo, v. 50, n. 1, jan./mar. 2010.
- DI PIETRO, M. S. Z. Direito Administrativo. 14. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- MAZZA, A. Manual de direito administrativo. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

DISCIPLINA:
DIREITO TRIBUTÁRIO

RESUMO

Os conteúdos aprofundados neste estudo trazem uma série de informações importantes para que você tenha uma excelente capacitação técnica em sua nova carreira profissional. Inicialmente, conheceremos um pouco sobre o Direito, para que assim você adquira uma base de conhecimento para as próximas etapas, em que abordaremos conteúdos como noções de Direito Trabalhista e noções de Direito Tributário, conteúdos essenciais para sua atuação na área da contabilidade. Nesta etapa, teremos uma noção sobre o Direito, vendo as Fontes do Direito, a hierarquia das Leis, a Constituição Federal de 1988 e o Estado Democrático de Direito, para entendermos como o Ordenamento Jurídico funciona no Brasil. Com isso, você também começará a entender como as leis são aplicadas e como elas conduzirão a área contábil.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1 Á AULA 6

VÍDEO 1 AO VÍDEO 4

BIBLIOGRAFIAS

- NADER, P. Introdução ao estudo do direito. Rio de Janeiro: Forense, 2014.
- REALE, M. Lições preliminares de direito. São Paulo: Saraiva, 2004.
- SOARES NETO, V. MONTE, G. A. Legislação empresarial, trabalhista e tributária. São Paulo: Érica, 2014.

DISCIPLINA:
LICITAÇÕES E CONTRATOS

RESUMO

A licitação pública é um tema central no direito administrativo, servindo como um mecanismo que estabelece a relação entre a Administração Pública e os particulares. Trata-se de um procedimento prévio para a contratação pública, com o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa para o Estado. Nesta aula, serão discutidos os diferentes objetos que podem integrar o processo licitatório, os pressupostos necessários para sua instauração e as principais previsões legais relacionadas ao tema, com foco na

regulamentação da licitação pública no Brasil. É essencial compreender as razões que levaram à criação desse instituto, além de conhecer a legislação e os atos pertinentes.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

AS RAZÕES DE LICITAR
PRESSUPOSTOS DA LICITAÇÃO PÚBLICA
OBJETO DA LICITAÇÃO
ORDENAMENTO JURÍDICO

AULA 2

PRINCÍPIOS: LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE E MORALIDADE ADMINISTRATIVA
PRINCÍPIOS: PUBLICIDADE E MOTIVAÇÃO
PRINCÍPIOS: VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
PRINCÍPIOS: JULGAMENTO OBJETIVO E DA ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA

AULA 3

MODALIDADES: CONVITE, CONCURSO E LEILÃO
LICITAÇÕES EXTRAVAGANTES À LEI GERAL DE LICITAÇÕES
PECULIARIDADES APLICADAS A MODALIDADES
TIPOS DE LICITAÇÃO

AULA 4

ETAPA EXTERNA: DIVULGAÇÃO DO EDITAL
FASE DE HABILITAÇÃO
JULGAMENTO, HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PARTICULARIDADES DO PREGÃO, DA TOMADA DE PREÇOS E DO CONVITE

AULA 5

CONTRATOS ADMINISTRATIVO: CARACTERÍSTICAS
CONTRATOS ADMINISTRATIVO: OBRAS E SERVIÇOS
CONTRATOS ADMINISTRATIVO: FORNECIMENTO OU COMPRA
CONTRATOS ADMINISTRATIVO: ALIENAÇÃO, LOCAÇÃO E DE CONCESSÃO E PERMISSÃO

AULA 6

CONTRATO ADMINISTRATIVO: CLÁUSULAS EXORBITANTES
CONTRATO ADMINISTRATIVO: EXCEÇÃO DE CONTRATO NÃO CUMPRIDO E ANULAÇÃO
CONTRATO ADMINISTRATIVO: EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
CONTRATO ADMINISTRATIVO: EXTINÇÃO

BIBLIOGRAFIAS

- JUSTEN FILHO, M. Curso de direito administrativo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.
- FURTADO, L. R. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 2012.
- MELLO, C. A. B. de. Curso de direito administrativo. São Paulo: Malheiros, 2012.

DISCIPLINA: DIREITO EMPRESARIAL
RESUMO
O direito é instrumento por meio do qual a sociedade se organiza. Segundo Hobbes, o homem vivia em um estado de natureza. Trata-se de uma situação hipotética por meio da qual os homens experimentam liberdade plena, pois estavam organizados apenas sob as leis da natureza. Basicamente, era a lei do mais forte subjugando os mais fracos. Todavia, com o advento da propriedade, o homem precisou que suas relações fossem tuteladas, evitando a barbárie e a autotutela. Essa ideia de anterioridade não guarda relação com períodos históricos, por certo. Isso porque o estado de natureza hobbesiano e o surgimento do estado civil são metáforas que visam explicar o período pré-social da humanidade.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA1 À AULA 6 VÍDEO 1 AO VÍDEO 4
BIBLIOGRAFIAS
BRASIL. Constituição (1988). *Diário Oficial da União* , Brasília, DF, 5 out. 1988.

DISCIPLINA: ADMINISTRAÇÃO DE CONFLITOS E NEGOCIAÇÕES
RESUMO
A famosa frase de Aristóteles diz que “somos seres sociais por natureza”, assim, precisamos ter contato com outras pessoas, e por isso mantemos relações sejam elas afetivas, profissionais, familiares entre outras. Entretanto, nem sempre esse contato é harmonioso, pois cada ser humano é único, ou seja, as pessoas são diferentes, com visões de mundo e formas de conceber a vida desiguais. Com isso, o conflito pode aparecer e existe a necessidade de ser solucionado e/ou controlado. O primeiro passo é identificar o conflito e suas influências, que podem ser tanto negativas como positivas. Muitas vezes, quando ouvimos a palavra conflito, normalmente a classificamos como algo negativo, mas veremos adiante que, em alguns casos, o conflito pode ser positivo. Além disso, serão abordados alguns conceitos, características, histórico e a visão do RH no Brasil.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 A TEORIA EVOLUTIVA DOS CONFLITOS AO LONGO DA HISTÓRIA A GESTÃO DE CONFLITOS COMO MEIO DE PACIFICAÇÃO NOS AMBIENTES CORPORATIVOS: SURGIMENTO E ESTRUTURAÇÃO TIPOS DE CONFLITOS, NÍVEIS DE GRAVIDADE E FORMAS DE ADMINISTRÁ-LOS A RESPOSTA AO CONFLITO CORPORATIVO NO BRASIL – VISÃO VOLTADA AO RH
AULA 2 NEGOCIAÇÃO DE CONFLITOS COMO MÉTODO DE RESOLUÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS CONCILIAÇÃO COMO MÉTODO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS MEDIAÇÃO DE CONFLITOS E OS SEUS PRINCIPAIS ASPECTOS ARBITRAGEM COMO MÉTODO DE SOLUÇÃO
AULA 3 TECNOLOGIA, O SURGIMENTO DE NOVOS PARADIGMAS CONFLITUAIS E NOVAS

FORMAS DE ACESSO À JUSTIÇA
A PRÁTICA DA AVALIAÇÃO NEUTRA (NEUTRAL EVALUATION) E FACILITAÇÃO DE DIÁLOGOS
A IMPLEMENTAÇÃO DE COMITÊS INTERNOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS
FORMAÇÃO DE MEDIADORES E GESTORES MEDIADORES DE CONFLITOS
CORPORATIVOS: A VISÃO DA ÁGUA

AULA 4

A CULTURA DA PAZ COMO UM ELEMENTO A SER IMPLEMENTADO NO AMBIENTE CORPORATIVO
O CLIMA ORGANIZACIONAL NAS CORPORAÇÕES E A RELAÇÃO COM O ADOECIMENTO NO TRABALHO
O RH COMO INTERLOCUTOR E SEU PAPEL NA MEDIAÇÃO E PACIFICAÇÃO DOS CONFLITOS
GESTÃO DE CONFLITOS CORPORATIVOS COMO UM DESAFIO ORGANIZACIONAL: DA TEORIA À PRÁTICA

AULA 5

PRINCIPAIS ASPECTOS E A APLICABILIDADE DA TEORIA DOS JOGOS (TEORIA DO EQUILÍBRIO DE JOHN NASH)
A TRANSFORMAÇÃO PELA MEDIAÇÃO DOS CONFLITOS: A PRÁTICA DA MEDIAÇÃO COMUNITÁRIA
A NEGOCIAÇÃO COMO FERRAMENTA DOS CONFLITOS ORGANIZACIONAIS: PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS
INTELIGÊNCIA EMOCIONAL – HABILIDADE DO GESTOR NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

AULA 6

CONCILIAÇÃO COMO MÉTODO DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS
A PRÁTICA DA MEDIAÇÃO PELO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
ARBITRAGEM: UMA ANÁLISE PRÁTICA A RESPEITO DA SUBMISSÃO DE UM CONFLITO TRABALHISTA À ARBITRAGEM
CONCLUINDO

BIBLIOGRAFIAS

- SANTOS, M. L. dos. Resolução de conflitos: dialogando com a cultura de paz e o modelo multiportas (livro eletrônico) Curitiba: Intersaberes, 2020.
- SERRER, F.; CESAR LUCAS, D. Teoria da complexidade e os conflitos 28, p. 377-381, 2020.
- VASCONCELOS, C.E. de. Mediação de conflitos e práticas restaurativas. São Paulo: Método, 2017.

DISCIPLINA:

ASSESSORIA EXECUTIVA E RELAÇÕES PÚBLICAS

RESUMO

Nesta disciplina abordaremos as principais funções que envolvem a assessoria, fazendo uma analogia com as funções que embasam o processo gerencial: planejar, organizar, dirigir e controlar.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 PLANEJAR ORGANIZAR DIRIGIR CONTROLAR AULA 2 ÁREA DE ATUAÇÃO: PÚBLICO E PRIVADO ÁREA DE ATUAÇÃO: RAMOS CONSULTORIA NOVOS NICHOS AULA 3 GESTÃO DA INFORMAÇÃO GESTÃO DO TEMPO GESTÃO DE RECURSOS GESTÃO DE PESSOAS AULA 4 VALORES CRENÇAS INTELIGÊNCIA EMOCIONAL INTELIGÊNCIA ESPIRITUAL AULA 5 COMUNICAÇÃO VERBAL E NÃO VERBAL COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA RAPPORT EMPATIA AULA 6 O QUE SÃO OS SISTEMAS REPRESENTACIONAIS SISTEMA REPRESENTACIONAIS LINGUAGENS DO AMOR TESTE AS CINCO LINGUAGENS DO AMOR
BIBLIOGRAFIAS
• ASSESSORIA. Dicio. Disponível em: https://www.dicio.com.br/assessoria/. • CHIAVENATO, I. Administração nos novos tempos: os novos horizontes em administração. 3. ed. Barueri, SP: Manole, 2014. • WERNER, A.; OLIVEIRA, V. S. de. Secretariado executivo e relações públicas: uma parceria de sucesso. Curitiba: InterSaberes, 2014.
DISCIPLINA:
GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA EM ORGANIZAÇÕES
RESUMO

É bem conhecida a expressão de que os recursos (financeiros, materiais, tecnológicos) são escassos, mas as necessidades humanas são ilimitadas, daí ser impossível atender a todas as demandas de uma sociedade. Por isso, é preciso planejar todos os gastos, fazendo um orçamento e determinando as prioridades a serem alcançadas. Mas, para que fazemos um orçamento? Quando queremos estimar o custo de algo, costumamos levantar tudo o que será necessário para que ele se efetive. Precisamos ter disciplina, organização e equilíbrio nos gastos a fim de que um orçamento não fique aquém das expectativas. No setor público, a disciplina fiscal e a busca do equilíbrio entre receitas e despesas constituem elementos essenciais à saúde financeira do Estado. Isso possibilita a prestação de serviços públicos de qualidade, mantém o poder aquisitivo da moeda e um ambiente de negócios que traga crescimento e desenvolvimento econômico. E como isso se fundamenta no setor público? É o que veremos a partir de agora.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CAMPO DE APLICAÇÃO DO ORÇAMENTO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA O FUNCIONAMENTO DO GOVERNO FEDERAL
FUNÇÕES DO ESTADO E SUAS ATRIBUIÇÕES NA ERA CONTEMPORÂNEA
FUNÇÕES ECONÔMICAS DO ESTADO NA ERA CONTEMPORÂNEA
CASE: O PLANO REAL E A ESTABILIZAÇÃO DA MOEDA

AULA 2

MODALIDADES ORÇAMENTÁRIAS
ORÇAMENTO PROGRAMA
AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS
CASE: AVALIAÇÃO DE RESULTADOS EM UMA AÇÃO GOVERNAMENTAL

AULA 3

PLANO PLURIANUAL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO)
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)
CASE: EMENDA PARLAMENTAR E SUA IMPORTÂNCIA NO ATENDIMENTO DAS PRIORIDADES SOCIAIS

AULA 4

RECEITAS CORRENTES
RECEITAS DE CAPITAL
ESTÁGIOS DA RECEITA PÚBLICA
CASE: RECEITAS PÚBLICAS E A PRIVATIZAÇÃO DE EMPRESAS ESTATAIS

AULA 5

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA DE ACORDO COM A CATEGORIA ECONÔMICA
ESTÁGIOS DA DESPESA PÚBLICA
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL
CASE – PUNIÇÃO APLICADA POR NÃO RESPEITAR A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E A CONSTITUIÇÃO

AULA 6

SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL – SIAFI
CONTROLE DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO
CONTROLE EXTERNO
CASE: CONTROLE, TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO PARA CONSTRUIR UM PAÍS MELHOR

BIBLIOGRAFIAS

- GIACOMONI, J. Orçamento governamental. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- MARQUES, E. Finanças públicas – Administração financeira e orçamentária. São Paulo: Saraiva, 2015
- FELONIUK, W. Números do Poder Judiciário brasileiro: expansão de atuação e comparação com sistemas europeus. Jus.com.br, 2019. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/72709/numeros-do-poder-judiciario-brasileiro-expansao-de-atuacao-e-comparacao-com-sistemas-europeus/2>.

DISCIPLINA:
GESTÃO DA INOVAÇÃO

RESUMO

Desde o fim do século XX, o tema “criatividade para a inovação” se consolidou como estratégico para a sobrevivência das empresas tanto em tempos de turbulência quanto para a competitividade global. A criatividade também vem sendo abordada no âmbito da gestão estratégica do conhecimento como de extrema importância para a inovação tecnológica empresarial (criatividade como uma das alavancas do conhecimento para a inovação). “Mais do que um fenômeno global, a gestão do conhecimento se consolidou, em fins do século passado, como fator crítico de sucesso para a criação eficaz de vantagens competitivas nas organizações” (Sbragia et al, 2006, p. 79).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

O QUE É CRIATIVIDADE?
FISIOLOGIA DO PROCESSO DE CRIATIVIDADE
PERSONALIDADE CRIATIVIDADE
FACILITADORES E BLOQUEADORES INDIVIDUAIS À CRIATIVIDADE
A MUDANÇA NO MINDSET: TENSÃO PSÍQUICA

AULA 2

SURGIMENTO DO PROCESSO CRIATIVO
COMPONENTES DO PROCESSO CRIATIVO
MAPEANDO O CENÁRIO E A BUSCA POR INSPIRAÇÕES
ANÁLISE INOVADORA
CRIAÇÃO DE PROJETOS INOVADORES

AULA 3

OBJETIVOS DAS TÉCNICAS DE CRIATIVIDADE
APLICABILIDADE DAS TÉCNICAS DE CRIATIVIDADE
BRAINSTORMING NA BASE DE TODAS AS TÉCNICAS
REVERSE BRAINSTORMING

BRAINWRITING NA GERAÇÃO DE IDEIAS

AULA 4

TÉCNICA S.C.A.M.P.E.R.

TÉCNICA P.N.I. (POSITIVO, NEGATIVO E INTERESSANTE)

SEIS CHAPÉUS PENSANTES E SEIS SAPATOS ATUANTES

TÉCNICA DO MIND MAPPING

TÉCNICA T.R.I.Z. (TEORIA DA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS)

AULA 5

CRIATIVIDADE NO SUPORTE À COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL

CRIATIVIDADE PARA INOVAÇÃO

OBJETIVOS DA CRIATIVIDADE NA EMPRESA

DIFUSÃO DA CULTURA DA CRIATIVIDADE NA EMPRESA

GESTÃO DE PESSOAS EM AMBIENTE CRIATIVO

AULA 6

ATMOSFERA CRIATIVA: CRIANDO A ORGANIZAÇÃO INOVADORA

CARACTERÍSTICAS DA ORGANIZAÇÃO INOVADORA

FACILITADORES E BLOQUEADORES DA CRIATIVIDADE NAS EMPRESAS

A CRIATIVIDADE NA GESTÃO DO CONHECIMENTO

DESAFIOS DA CRIATIVIDADE NA ORGANIZAÇÃO: O PAPEL DA LIDERANÇA

BIBLIOGRAFIAS

- SIQUEIRA, J. Pensamentos convergente e divergente: o yin-yang da criatividade. Disponível em: <http://criatividadeaplicada.com/2013/04/06/pensamentos-convergente-edivergente-o-yin-yang-da-criatividade>.
- STONER, J.; FREEMAN, E. Administração. Prentice-Hall do Brasil, 1985. p. 311
- DERRISO FILHO, C. O declínio da criatividade. Disponível em: <https://celsofdf.wordpress.com/tag/o-declinio-da-criatividade/>.

DISCIPLINA:

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

RESUMO

O que é segurança da informação? O conceito de segurança em si já comporta vários significados. No idioma inglês, por exemplo, isso é diferenciado: o termo security refere-se à proteção contra ameaças intencionais, enquanto que seu sinônimo reliability indica a confiabilidade, a tolerância às falhas. Já o termo safety designa a proteção ao ambiente e aos seres vivos, incluindo-se aí a proteção à saúde e à vida. A segurança da informação é a parte da ciência da informação que tem por objetivo proteger os dados, as informações e os conhecimentos de modo a preservar o valor destes para os processos, produtos e serviços das pessoas e organizações.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

SEGURANÇA NO CICLO DA VIDA DE INFORMAÇÃO

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO SUPORTADA POR TIC

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO CONVENCIONAL

SEGURANÇA DA TIC NA OPERAÇÃO DOS NEGÓCIOS

AULA 2

GESTÃO DE RISCOS
OS PROCESSOS DA GESTÃO DE RISCOS
TRATAMENTO DOS RISCOS
GESTÃO DA CONTINUIDADE DOS NEGÓCIOS

AULA 3

ÁREAS DE CONTROLE
CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO
PADRÕES DE CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO
PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO

AULA 4

CRIPTOGRAFIA SIMÉTRICA
CRIPTOGRAFIA ASSIMÉTRICA
ASSINATURA DIGITAL
INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS

AULA 5

MONITORAMENTO DE TRÁFEGO
REDES PRIVADAS
MALWARE
INVASÃO DE PRIVACIDADE

AULA 6

GOVERNANÇA DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO
COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL
CONSCIENTIZAÇÃO, TREINAMENTO E EDUCAÇÃO
PRINCÍPIOS ÉTICOS

BIBLIOGRAFIAS

- SILVA, A. O que é TI (Tecnologia da Informação)? Adam Silva, Santo André, 19 mar. 2015. Disponível em <http://www.adamsilva.com.br/tecnologia/o-que-eti/#ixzz4yzh7smju>.
- TURBAN, E.; VOLONINO, L. Tecnologia da informação para gestão: em busca de um melhor desempenho estratégico e operacional. 8. ed. São Paulo: Bookman, 2013.
- AVIZIENIS, A. et al. Basic concepts and taxonomy of dependable and secure computing. IEEE Transactions on Dependable and Secure Computing v..1 n. 1, 2004.

DISCIPLINA:

DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS E PROFISSIONAIS

RESUMO

O trabalho especializado e executado individualmente, sob forte controle hierárquico, está em vias de ser substituído por uma forma de trabalhar que enfatiza a atividade coordenada utilizando-se de equipes autônomas. Uma ótima maneira de travar e ganhar bons combates é investir em equipes de alta performance para alcançar resultados melhores. Tais equipes têm a virtude de atingir metas por meio do relacionamento sinérgico e da aplicação de

competências individuais alinhadas à estratégia. Na toada do enaltecimento das equipes de alta performance, temos teorias e metodologias sobre sua constituição, funcionamento e manutenção, as quais auxiliam no entendimento, gerenciamento e aperfeiçoamento do tema. Essa matéria proporcionará a você um conhecimento mais apurado sobre equipes de Alta performance.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

GRUPOS

EQUIPES

EQUIPES DE ALTA PERFORMANCE

AMBIENTE ORGANIZACIONAL E AS EQUIPES

AULA 2

CARACTERÍSTICAS DOS MEMBROS DE EQUIPE

RECRUTANDO E SELECIONANDO

PAPÉIS DOS MEMBROS DE EQUIPE

TRANSFORMANDO GRUPO EM EQUIPE

TREINANDO A EQUIPE

AULA 3

TIPOS DE EQUIPES

AUTOCONHECIMENTO E TRABALHO EM EQUIPE

OBJETIVOS GRUPAIS E VÍNCULOS ORGANIZACIONAIS

CURVA DE PERFORMANCE

AULA 4

TEORIAS MOTIVACIONAIS

RESISTÊNCIA ÀS MUDANÇAS

COMUNICAÇÃO GRUPAL

AMBIENTES MOTIVADORES E ENERGIZAÇÃO

AULA 5

CONTRIBUIÇÃO DOS MEMBROS DE EQUIPE

FEEDBACK NAS EQUIPES

DISCIPLINA E CONFLITO EM EQUIPE

METAS E RESULTADOS

AULA 6

LIDERANÇA SITUACIONAL

IMPORTÂNCIA DA LIDERANÇA

DELEGANDO PARA LIDERAR

CARACTERÍSTICAS DO LÍDER

BIBLIOGRAFIAS

- CUNHA, A. G. da. Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- DYER, W. G. Equipes que fazem a diferença (Team Building Estratégias comprovadas para desenvolver equipes de alta performance). São Paulo: Saraiva, 2011.

- KATZENBACH, J. R.; SMITH, D. K. Equipes de alta performance conceitos, princípios e técnicas para potencializar o desempenho das equipes. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

DISCIPLINA:
CONTRATOS EMPRESARIAIS
RESUMO
O contrato, em linhas gerais, é uma espécie de negócio jurídico caracterizado pela manifestação de vontades das partes, visando a obtenção de um fim específico, como a transferência de bens, existindo notadamente uma função econômica relacionada a ele. Os contratos, especialmente no âmbito da empresariedade, servem à circulação de riqueza, para a regulamentação de direitos e obrigações entre as partes, para o estabelecimento de riscos, prestações e contraprestações, para dirimir controvérsias, garantir o acesso ao crédito, constituir garantias e outros – todos pontos fundamentais ao desenvolvimento da atividade empresarial.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 COMPRA E VENDA EMPRESARIAL A COMPRA E VENDA EM MULTIPROPRIEDADE OU TIMESHARE COMPRA E VENDA DE EMPRESAS O CONTRATO DE TRESPASSE
AULA 2 COMPRA E VENDA EMPRESARIAL A COMPRA E VENDA EM MULTIPROPRIEDADE OU TIMESHARE COMPRA E VENDA DE EMPRESAS O CONTRATO DE TRESPASSE
AULA 3 ESPECIFICIDADES DA LOCAÇÃO NÃO RESIDENCIAL A LOCAÇÃO EM SHOPPING CENTER A LOCAÇÃO BUILT TO SUIT
AULA 4 A CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO O CONTRATO DE MÚTUO BANCÁRIO A ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA O CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL OU LEASING
AULA 5 O CONTRATO DE REPRESENTAÇÃO COMERCIAL O CONTRATO DE MANDATO MERCANTIL E DE COMISSÃO O CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO O CONTRATO DE FRANQUIA
AULA 6 A CESSÃO DE DIREITO DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL

A LICENÇA DE USO DE DIREITO DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL
O CONTRATO DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA
A CONCORRÊNCIA DESLEAL E A CONTRAFAÇÃO

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Interno em Agravo em Recurso Especial 1712612/PR. Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 07/12/2020, DJe 10/12/2020. Disponível em: www.stj.jus.br.
- Consumidor ao Código Civil de 2002. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Método, 2007.
- TOKARS, F. Primeiros Estudos de Direito Empresarial: teoria geral, direito societário, título de crédito, direito falimentar, contratos empresariais. São Paulo: LTr, 2007.

DISCIPLINA:

ÉTICA, GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA

RESUMO

Este material objetiva refletir sobre alguns dos conceitos necessários para a vivência em sociedade – a vida na pólis –, destacamos os de ética, moral e moralidade para que, ao compreender suas funções e distinções conceituais, possamos pensar de modo mais aprofundado sobre sua importância na vida cotidiana dos sujeitos e das sociedades.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CONCEITOS DE ÉTICA
CONCEITOS DE MORAL
CONCEITOS DE MORALIDADE
CONCEITOS, DISTINÇÕES E IMPLICAÇÕES ENTRE ÉTICA E POLÍTICA NA SOCIEDADE

AULA 2

O PROGRESSO MORAL
CARÁTER HISTÓRICO DA MORAL
O PROGRESSO MORAL E O PROGRESSO HISTÓRICO SOCIAL –
CARACTERÍSTICAS E DESENVOLVIMENTO
PROGRESSO MORAL E PROGRESSO HISTÓRICO-SOCIAL: EM FACE DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E DA VIDA NA PÓLIS

AULA 3

RELAÇÕES ENTRE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO
ORIGENS DO CONCEITO DE GESTÃO PÚBLICA
NOVAS MODALIDADES DE GESTÃO: PRÁTICAS INOVADORAS NA GESTÃO PÚBLICA
FUNDAMENTOS DA GESTÃO PÚBLICA

AULA 4

A EXCELÊNCIA E A EFICIÊNCIA: IMPRESCINDÍVEIS À TRANSPARÊNCIA NA GOVERNANÇA PÚBLICA
A ÉTICA E OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS: O PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA E SUAS DECORRÊNCIAS
OS PRINCÍPIOS INFRACONSTITUCIONAIS E A TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO

PÚBLICA

O IMPACTO DA ÉTICA E AS NOVAS FORMAS DE GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE GLOBAL NO CONTEMPORÂNEO

AULA 5

A VIVÊNCIA DO PRINCÍPIO DA MORALIDADE PÚBLICA

A LEGALIDADE, A VERACIDADE E A TRANSPARÊNCIA COMO CONSTITUTIVOS DA ÉTICA NA VIDA PÚBLICA

A LEI N. 12.527/2011 E O ACESSO A INFORMAÇÕES E SEUS ASPECTOS ÉTICOS-MORAIS

A QUESTÃO DA TRANSPARÊNCIA E DA ETICIDADE NA GESTÃO PÚBLICA E O PROGRAMA BRASIL TRANSPARENTE

AULA 6

FATORES ESSENCIAIS ÀS NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO PÚBLICA

O PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA E SUAS IMPLICAÇÕES NA GESTÃO PÚBLICA E A LEI N. 12.527/2011

A NOVA CONCEPÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA E AS PRÁTICAS DA COMPLIANCE TRANSPARÊNCIA, COMPLIANCE, RESPONSABILIDADE SOCIAL E ALGUMAS COMPETÊNCIAS ESSENCIAIS AO GESTOR PÚBLICO

BIBLIOGRAFIAS

- MORIN, E. O método 6: a ética da Ética. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- BAUMANN, Z. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- JAEGER, W. A Paidéia – a formação do homem grego. São Paulo: Cortez, 2000.